



**feam**

FUNDAÇÃO ESTADUAL  
DO MEIO AMBIENTE

Processo nº: 4/1999/004/2008

Assunto: Auto de Infração nº 17558/2008, lavrado contra Tennessee Empreendimentos Imobiliários Ltda., infração gravíssima, porte grande.

### **PARECER JURÍDICO**

#### **1) RELATÓRIO**

1 – O empreendimento Tennessee Empreendimentos Imobiliários Ltda. foi autuado como incurso no artigo 83, Código 115, do Decreto nº 44844/2008, pela seguinte irregularidade:

*"1 – Foi observada a ocupação de lote por edificações no loteamento Manoel Brandão, o que caracteriza a operação do mesmo, sendo que o empreendimento não possui Licença de Operação, sendo observada degradação ambiental em função da ausência de sistema de saneamento básico – coleta de lixo doméstico e esgotamento sanitário – o que causa também danos à saúde da população."*

Foram impostas as penalidades de multa, no valor de R\$65.001,30 (sessenta e cinco mil e um reais e trinta centavos) e suspensão da ocupação de lotes por edificação até a regularização ambiental do empreendimento.

Incidu sobre o valor da multa a agravante do artigo 68, II, "b", do Decreto nº 44844/2008, ante a constatação de dano ou perigo de dano à saúde humana.

2 - O processo administrativo encontra-se devidamente formalizado. O Auto de Infração nº 17558/2008 foi encaminhado por meio do Ofício nº 176/2008 GFISC/DMFA/FEAM e recebido pelo autuado em 08/10/2008, segundo Aviso de Recebimento de fls. 06.

3 – O autuado protocolou sua **defesa tempestivamente** em 27/10/2008, na qual sustenta, em síntese, que:

- O auto de infração não poderá prosperar, haja vista que os fatos ocorridos não foram motivados pelo proprietário do loteamento;
- Haveria litispendência, uma vez que a empresa foi autuada em 21/10/2002 como incurso no artigo 19, §3º, itens 1, 6 e 8, do Decreto nº 39424/1998, pela implantação do loteamento sem Licenças de Instalação e Operação, conforme AI nº 1163/2002, devendo ser



descaracterizado o AI nº 17558/2008 e analisado o pedido de reconsideração referente àquele AI nº 1163/2002;

- O projeto de loteamento Manoel Brandão, situado em Pedro Leopoldo, com área de 917.944,97 metros quadrados, foi analisado pela Secretaria de Estado de Planejamento e Coordenação Geral do Estado de Minas Gerais, processo SEPLAN/MG 186/97, que concluiu pelo atendimento dos critérios estabelecidos para aprovação e foi levado a registro no Cartório de Imóveis, Certidão de Registro Geral de Matrícula nº 23874;
- Foi publicado pela Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo o Decreto Municipal nº 173, em 15/06/1998, aprovando o parcelamento do imóvel para fins de loteamento, denominado Manoel Brandão;
- Em 17/06/1998 o Município de Pedro Leopoldo firmou Termo de Compromisso com a empreendedora Isabel Cristina Almeida Alves, loteadora, prevendo as obras de infraestrutura que deveriam ser realizadas;
- O empreendimento foi licenciado pelo CODEMA de Pedro Leopoldo, conforme Certificado de Licença Ambiental nº 08/99, em 27/07/99.
- Os loteamentos com área inferior a 1.000.000 metros quadrados independiam de exame e anuência prévia do Estado para aprovação pelo Município, caso do empreendimento autuado;
- O AI não poderia prosperar, uma vez que o empreendimento já estava licenciado junto ao Município de Pedro Leopoldo quando da fiscalização pela FEAM;
- O loteamento foi implantado em 1998, quando vigoravam, em matéria de regulamentação da implantação de loteamentos somente a Lei nº 6766/79 e o Decreto nº 39585/98;
- O empreendedor não estaria obrigado a licenciar-se no âmbito estadual, mas providenciou o licenciamento ambiental também junto a esta FEAM, tendo obtido a licença prévia nº 54, de 25/06/1999.
- Requereu a Licença de Instalação Corretiva em 2002, mas o processo foi paralisado, por falta de decisão da Prefeitura Municipal sobre o decreto de aprovação do projeto urbanístico do empreendimento;
- A Pref. Municipal de Pedro Leopoldo invalidou o Decreto nº 173/1998, por meio do Decreto nº 515/2003, tendo sido impetrado Mandado de Segurança e concedida a segurança nos autos da Apelação Cível nº 1.0210.03.013324-8/001, no TJMG, restaurando a eficácia e vigência do Decreto nº 173/1998;
- Outro ponto que embasaria a autuação da FEAM é a realização de atividade causadora de degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica Semidecidual e intervenção direta em APP;





- As obras de infraestrutura foram embargadas pela Prefeitura Municipal, donde resulta que a empresa não foi negligente quanto à sua implantação.

Requeru sejam analisadas as informações complementares referentes ao AI nº 1163/2002, sendo suspensa a penalidade de multa no AI nº 17558/2008; seja descaracterizado o Auto de Infração; sendo mantido o AI, seja concedido o efeito suspensivo na aplicação da penalidade mediante celebração de Termo de Compromisso; requer a incidência da atenuante e a exclusão da agravante; e, finalmente, a celebração de Termo de Ajustamento de Conduta.

**4 – Do ponto de vista jurídico,** não foram apresentados motivos para descaracterizar o Auto de Infração. Senão vejamos.

A empresa Tennessee Empreendimentos Imobiliários Ltda. foi anteriormente autuada como incurso no artigo 19, §3º, 1, 6 e 8, do Decreto nº 39424/98, conforme AI nº 1163/2002; por implantar loteamento sem LO, causar poluição ou degradação ambiental que provoque destruição ou outros efeitos adversos à biota nativa ou às plantas cultivadas e criação de animais e por causar poluição ou degradação que possa trazer danos à saúde humana. O processo administrativo nº 4/1999/003/2002, referente ao AI em apreço, ainda está em trâmite, aguardando julgamento do pedido de reconsideração, ou seja, ainda não foi proferida decisão administrativa definitiva. A fiscalização que originou o Auto de Infração em apreço foi realizada em 04/10/2002, conforme Relatório de Vistoria 42/2002.

Nos termos do Auto de Infração nº 17558/2008, a autuada foi incurso, por não possuir Licença de Operação, causando degradação ambiental, no artigo 83, Código 115, do Anexo I, do Decreto nº 44844/2008, *verbis*:

*"Art. 83 – Constituem infrações às normas sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, as tipificadas no Anexo I.*

*Anexo I*

*Código 115 – Instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem Licenças de Instalação ou de Operação, se constatada a existência de poluição ou degradação ambiental."*

Ressalte-se que o empreendimento ainda não obteve, até a presente data, a competente licença, tendo sido arquivado o processo de Licença de Instalação nº 04/1999/002/2002, conforme decisão de 18/05/2007.

Alega a autuada a existência de litispendência, a impedir a autuação consubstanciada no AI nº 17558/2008.



Nesse sentido, a Advocacia Geral do Estado emitiu o Parecer Jurídico nº 14654/2006, segundo o qual é legítima a lavratura de novo auto de infração, se permanece a omissão privada em cumprir determinação de órgão de polícia ambiental, **independentemente da conclusão do procedimento administrativo anterior**, desde que haja distanciamento temporal entre as fiscalizações, suficiente para interrupção da ilicitude. Elucida, ainda, que o Estado, diante da apuração de fato regulado como infração administrativa, tem **o poder-dever de agir**, lavrando o competente auto de infração e instaurando o processo administrativo.

No caso vertente, o AI nº 1163 foi lavrado em 2002 e o AI nº 17558 o foi em 2008, ou seja, decorreram seis anos entre uma lavratura e outra, período no qual o autuado deveria ter providenciado a sua regularização. Ao contrário, segunda consulta ao SIAM, foi arquivado o processo de LI.

Desta feita, em face do poder-dever do Estado de agir diante do cometimento da infração administrativa e do tempo decorrido entre a primeira autuação e a presente, não é admissível a alegação de "litispendência".

Argumenta o autuado que, segundo o artigo 1º, do Decreto nº 39585/98, a aprovação dos loteamentos com área inferior a 1.000.000 metros quadrados, para fins urbanos, independeria da anuência do Estado. É que tal seria o caso do empreendimento autuado, cuja área é de 917.944,97 m², para o qual seria suficiente o licenciamento junto ao município. E, ainda, que não havia norma específica regulamentadora do licenciamento ambiental de loteamentos.

No entanto, conforme Certidão de fls. 39, o projeto de loteamento obteve a Certidão de Anuência Prévia da SEPLAN e, posteriormente, a autorização da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo. A anuência prévia da então SEPLAN se referia à aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos urbanos pelo Município, mas não dispensava o empreendimento do licenciamento estadual, de competência do COPAM.

Ora, a Lei nº 7772/1980, que dispõe sobre proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, especifica, em seu artigo 8º, que os empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais efetiva ou potencialmente poluidores ou que possam causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento, pelo COPAM:

*"Art. 8º - A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam*





*causar degradação ambiental, observado o disposto em regulamento, dependerão de prévio licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM.”*

A referida Lei nº 7772/1980 foi regulamentada pelos Decretos nº 21228/1981, 39424/1998, 43127/2002, 44309/2006 e 44844/2008. À época da implantação do loteamento, 1998, segundo esclarece o autuado, estava em vigor o Decreto nº 39424/1998, segundo o qual o empreendimento que desenvolvesse atividade utilizadora de recurso ambiental efetiva ou potencialmente poluidores, se sujeitaria ao licenciamento do COPAM, na forma do artigo 8º.

Assim sendo, **sujeitava-se o empreendimento autuado ao licenciamento ambiental pelo COPAM**, tanto que obteve a Licença Prévia, Certificado 054/99, concedida pela CIF de 25/06/99, com validade até 25/06/2001 e formalizou o processo de Licença de Instalação acima citado que foi, contudo, arquivado.

Quanto à afirmativa do autuado de que embasaria a autuação da FEAM a realização de atividade causadora de degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica Semidecidual e intervenção direta em APP, quer parecer que se refere ao Auto de Infração nº 1163/2002, não sendo pertinente ao AI *sub análise*.

Destarte, restou plenamente caracterizada a infração prevista no artigo 83, Código 115, do Decreto nº 44844/2008.

Quanto ao pedido de incidência da atenuante contida no artigo 68, I, “d”, do Decreto nº 44844/2008, referente à microempresa, não poderá ser atendido, vez que não foi acostada documentação comprobatória emitida pelo órgão competente. E, ainda, quanto à exclusão da agravante, não logrou o autuado comprovar a inexistência da circunstância que gerou sua imposição (inexistência de saneamento básico, que acarreta danos à saúde humana), de forma que continuará mantida.

Outrossim, o pedido de Termo de Compromisso é incabível, uma vez que vedado na hipótese de autuação por ausência de Licença e AAF, na forma do §2º, do artigo 47, do Decreto nº 44844/2008.

Quanto ao pedido de celebração de Termo de Ajustamento de Conduta, deverá o encaminhado encaminhar a minuta, no prazo de 30 dias, para apreciação.

## **II) CONCLUSÃO**

Ante todo o exposto, remetemos os autos ao Vice-Presidente da FEAM e sugerimos que sejam **mantidas as penalidades de multa** no valor de R\$

65.001,30 (sessenta e cinco mil e um reais e trinta centavos) e de suspensão de atividades, com fulcro nos artigos 68, II, "b", 76, e 83, Código 115, do Anexo I, do Decreto nº 44844/2008 (infração gravíssima, grande porte).

Sugerimos, ainda, na oportunidade, seja notificado o autuado para apresentar, em trinta dias, a sua proposta de Termo de Ajustamento de Conduta.

É o parecer.

À consideração superior.

Belo Horizonte, 04 de fevereiro de 2010.

**Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda**  
**Analista Ambiental**  
**OAB/MG 80357 - MASP 1059325-9**

**Joaquim Martins da Silva Filho**  
**Procurador-Chefe Feam**  
**OAB/MG 16076 – MASP 1043804-2**





## ESTADO DE MINAS GERAIS

Advocacia – Geral do Estado  
Procuradoria da FEAM



Processo nº: 0004/1999/004/2008

Assunto: Auto de Infração nº 017558/2008

Interessado: Tennessee- Empreendimentos Imobiliários Ltda.

Objeto: Recurso de penalidade aplicada

### PARECER JURÍDICO

#### RELATÓRIO:

A sociedade empresária em epígrafe foi autuada, em 03/10/2008, como incurso no artigo 83, código 115, com incidência da agravante prevista no artigo 68, II, "b" do Decreto nº 44.844/08, tendo sido aplicada a penalidade de multa no valor de R\$65.001,30 (sessenta e cinco mil e um reais e trinta centavos) e de suspensão de atividades.

A defesa foi apresentada, tempestivamente, pela empresa e analisada pelo parecer jurídico, fls. 106/108.

O processo foi julgado pelo Vice-Presidente da FEAM, em 02/03/2010, que julgou improcedente o pedido, mantendo a penalidade de multa, no valor de R\$ 65.001,30.

A autuada foi devidamente notificada da decisão, fl. 113, e apresentou Recurso dentro do prazo legal, alegando, em síntese que:

- a notificação enviada à Recorrente não constava a penalidade que foi aplicada pelo Presidente da FEAM, conforme determina o § 2º do art. 37 do Decreto nº 44844/08;
- o Parecer Jurídico nº 14654/2006 da Advocacia Geral do Estado, não teria o condão de sobrepor a um princípio jurídico consagrado e previsto na legislação processual, qual seja, o princípio processual da litispendência;
- o princípio da obrigação da eficiência e da legalidade da Administração Pública, previsto no art. 37 da Constituição Federal, não foram obedecidos, uma vez que o auto de infração nº 1163 lavrado em 2002, ainda não foi julgado, permitindo a existência da litispendência;
- o projeto de loteamento denominado Manoel Brandão, situado em Pedro Leopoldo, com área de 917.944,97 metros quadrados, foi analisado, conforme consta no processo nº 186/97 da SEPLAG/MG, obedecendo critérios de aprovação e em seguida, o mesmo foi levado a registro no Cartório de Imóveis, conforme se comprova pela Certidão – Registro Geral de Matrícula nº 23.874;



- o Decreto Municipal nº 173 publicado em 15/06/98, aprovou o parcelamento de imóveis para fins de loteamento, denominado Manoel Brandão;
- a empreendedora Isabel Cristina Almeida Alves firmou em 17/06/98, Termo de Compromisso com o Município de Pedro Leopoldo, o qual previa as obras de infra-estrutura que deveriam ser realizadas pela loteadora;
- a loteadora recebeu o certificado de Licença Ambiental nº 08/99 em 27/07/99 e à época desta, estava em vigor o Decreto nº 39.585/98, o qual dispunha em seu art. 1º, que a aprovação de loteamentos com área inferior a 1.000.000 metros quadrados, para fins urbanos, independia da anuência do Estado e desta forma, bastava para o mesmo o licenciamento junto ao Município;
- o órgão ambiental equivocou-se ao utilizar uma norma promulgada em 2002, qual seja, a Deliberação Normativa nº 58/2002, para punir um empreendimento implantado em 1998;
- mesmo não sendo obrigado a licenciar-se no âmbito estadual, o empreendedor optou por solicitar o licenciamento ambiental também junto à FEAM e Licença Prévia nº 54 de 25/06/99, a qual teve algumas de suas condicionantes contestadas, porém, sem resposta;
- a loteadora protocolou FCEI solicitando ainda, a Licença de Instalação Corretiva, em 20/06/2002;
- à época dos fatos, devido a impasses provocados pela municipalidade de Pedro Leopoldo, a loteadora foi obrigada a paralisar seu processo de licenciamento;
- o Parecer Jurídico que subsidiou a aplicação das penalidades objeto do recurso, trata-se de um silogismo falso, já que as atividades passíveis de licenciamento ambiental são previstas individualmente na legislação ambiental de acordo com o porte e potencial poluidor, e não em caráter geral como foi utilizado;
- a atuação da FEAM, pertinente ao fato de que a mesma estaria realizando atividade causadora de degradação ambiental, mediante o corte de Floresta Atlântica Semidecidual e intervenção direta em áreas de Preservação Permanente, não deve prosperar;
- a empresa não foi negligente quanto à instalação de infra-estrutura sanitária, uma vez que já havia firmado acordo de prestação de serviço com a Copasa;
- por fim, requer que seja julgado procedente o recurso, com o consequente arquivamento do auto de infração;

#### **ANÁLISE JURÍDICA:**

Conforme relatado no Auto de Infração nº 017558/2008 foi observada a ocupação de lote por edificações no loteamento Manoel Brandão, o que caracteriza a operação do mesmo, sendo que o empreendimento não possui Licença de Operação, sendo observada degradação ambiental em função da ausência de sistema de saneamento básico- coleta de lixo doméstico e esgotamento sanitário- o que causa também danos à saúde da população.



No tocante ao fato de que a notificação enviada à recorrente não possuía penalidade imposta pelo Presidente da FEAM, não cabe respaldo, como pode aduzir do ofício nº 315/2010 NAI/DMFA/FEAM enviado à autuada constante à fl. 110, o qual dispõe claramente a decisão prolatada com suas respectivas penalidades.



O Parecer Jurídico nº 14654/2006 emitido pela Advocacia Geral do Estado, versa que a lavratura de novo auto de infração possui legitimidade, caso perdue a omissão privada em cumprir determinação de órgão de polícia ambiental, seja qual for a conclusão do procedimento administrativo anterior, desde que tenha ocorrido distanciamento temporal entre as fiscalizações, suficiente para interrupção da ilicitude. Ademais, apurando-se fato caracterizado como infração administrativa, o Estado tem o poder-dever de agir, lavrando o competente auto de infração e instaurando processo administrativo.

Verifica-se que, o AI nº 1163 foi lavrado em 2002 e o AI nº 17558 o foi em 2008, decorrendo um período de seis anos entre uma lavratura e outra, não cabendo a alegação pertinente a existência de "litispendência".

Não há questionamento no que tange a não obediência pela Administração Pública dos princípios da eficiência e da legalidade, referente ao AI nº 1163 lavrado em 2002, uma vez que houve total respeito ao trâmite e aos prazos previstos em lei pela entidade pública.

Insta salientar, que o argumento pertinente ao fato de que o autuado, conforme preconiza o artigo 1º do Decreto nº 39585/98, não necessitaria da anuência do Estado para aprovação de loteamento, por ter este, área inferior a 1.000.000 metros quadrados, não possui razão de ser, pois, apesar de deter a Certidão de Anuência Prévia da SEPLAN e posterior, autorização da Prefeitura Municipal de Pedro Leopoldo, àquela refere-se somente à aprovação de projetos de loteamentos e desmembramentos urbanos pelo Município, não descartando, entretanto, o licenciamento estadual do empreendimento, de competência do COPAM.

Ademais, a Lei nº 7772/1980 em seu artigo 8º, é nitido ao dispor que a *localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam depender de prévio licenciamento ou autorização ambiental de funcionamento do Conselho Estadual de Política Ambiental – COPAM.*

Nesse sentido, a autuada se sujeitava ao licenciamento ambiental pelo COPAM, tanto é verdade, que obteve sua Licença Prévia nº 54 de 25/06/1999 e ainda formalizou processo de Licença de Instalação, o qual sofreu paralisação pela loteadora e desta forma, foi arquivado.

O argumento que diz respeito ao fato de que o órgão ambiental equivocou-se ao utilizar uma norma promulgada em 2002, qual seja, a Deliberação Normativa nº 58/2002, para punir um empreendimento implantado em 1998,



não deve ser analisado, já que o processo administrativo em epígrafe, se refere ao Auto de Infração lavrado em 2008.

Noutra vertente, o Parecer Jurídico que subsidiou a aplicação das penalidades objeto do recurso não se trata, de modo algum, de silogismo falso, haja vista que calcado nos artigos 83, código 115 e artigo 68, II, "b" do Decreto 44.844/2008, as penalidades constantes no Auto de Infração, às fls. 03/04, foram devidamente aplicadas.

O ônus da prova cabe à recorrente. Assim, ao alegar que não estava realizando atividade degradadora do meio ambiente, competiria à esta, comprovar referida alegação, o que de fato não ocorreu.

O acordo firmado de prestação de serviço com a Copasa, em nada afeta a aplicação das penalidades e por este motivo, não se deve levar em consideração este fato.

Desta feita, entende esta Procuradoria que a multa deve ser mantida diante da configuração da infração administrativa, conforme consta no parecer jurídico fls. 106/108.

#### **CONCLUSÃO:**

Ante todo o exposto, remetemos os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM sugerindo que seja julgado improcedente o Recurso, **mantendo as penalidades de multa**, no valor de R\$65.001,30 (sessenta e cinco mil e um reais e trinta centavos), conforme artigos 83, código 115 e 68, II, "b" do Decreto 44.844/08 e **de suspensão de atividades**.

É o parecer, *s.m.j.*

Belo Horizonte, 06 de junho de 2011.

Narjara Magalhães Siriani  
OAB/MG 29.700 E  
Estagiária Acadêmica

Ana Cristina Araújo Assunção  
OAB/MG 81.249 MASP 1.149.828-0  
Procuradoria da FEAM

De acordo: Em \_\_\_\_/\_\_\_\_/\_\_\_\_

Gustavo Chaves Carreira Machado  
OAB/MG 90.644 MASP 1.120.512-7  
Procurador-Chefe da FEA





Melhor visualizado nas versões mais recentes dos navegadores Internet Explorer, Google Chrome ou Mozilla Firefox

Atualização: 13/02/2015 17:06

= Consultas = Andamento Processual = 1ª Instância = Resultados

1ª Instância:     2ª Instância:

Importante: Conforme orientação da Corregedoria Geral de Justiça, não serão apresentados nos resultados os processos / partes baixados de natureza criminal, os processos indicados como segredo de justiça, as partes incluídas como vítimas e as partes iniciadas em procedimentos investigatórios, ou beneficiadas por surti/suspensão da Lei 9099 evitando-se a publicidade da informação

## Comarca de Belo Horizonte - Processos encontrados

### Dados Resumidos

[Impressão](#)

[Imprimir](#)

[Nova Consulta](#)

Processo(s) nesta página: 1

**NUMERAÇÃO ÚNICA: 2790546-97.2012.8.13.0024**  
**3ª FAZENDA ESTADUAL**

**ATIVO**

**Classe:** Procedimento Ordinário

**Assunto:** ADMINISTRATIVO E OUTRAS MATÉRIAS DE PÚBLICO > Meio Ambiente > Revogação/Anulação de multa ambiental

**Maço:** PG33

**CS:** -

**Autor:** TENNESSEE EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS LTDA - ME

**Réu:** FUNDAÇÃO ESTADUAL DO MEIO AMBIENTE - FEAM

### Última(s) Movimentação(ões):

|                             |                       |            |
|-----------------------------|-----------------------|------------|
| CONCLUSOS PARA JULGAMENTO   | JUIZ(A) TITULAR 23507 | 08/11/2013 |
| JUNTADA DE PETIÇÃO (OUTRAS) |                       | 08/11/2013 |
| PROTOCOLIZADA PETIÇÃO       |                       | 06/11/2013 |

### Dados Completos

[Todos Andamentos](#)

[Todas as Partes e Advogados](#)

Consulta realizada em 26/05/2015 às 14:25:01

[Impressão](#)

[Imprimir](#)

[Nova Consulta](#)



**ADENDO AO PARECER JURÍDICO**

|  |                              |
|--|------------------------------|
| AUTUADO: Tennessee Empreendimentos Ltda. | REDUÇÃO DO<br>VALOR DA MULTA |
| PROCESSO Nº 004/1999/003/2002            |                              |
| AUTO DE INFRAÇÃO Nº: 1163/2002           |                              |
| TIPO DE INFRAÇÃO: 03 MULTAS GRAVÍSSIMAS  |                              |
| PORTE: MÉDIO                             |                              |

**I – RELATÓRIO**

O Decreto nº 44.844/2008, em seu art. 96, determina que as alterações promovidas nos valores das multas implicam a incidência das normas pertinentes, quando mais benéfica ao infrator e desde que não tenha havido decisão definitiva na esfera administrativa.

Portanto, como não havia decisão administrativa definitiva neste processo em 26.6.2008, data da publicação do Decreto nº 44.844/2008, deve ser aplicada a nova norma, porque mais benéfica ao infrator.

Nos termos do Anexo I do art. 83 do Decreto nº 44.844/2008, o valor da multa aplicável neste caso é de R\$ 20.001,00 + 1/3 R\$ 6.667,00, totalizado o valor de R\$ 26.668,00 (cada).

Dessa forma, retifica-se o Parecer Jurídico acostado à fl. 141 a 143, para recomendar que o valor da multa seja reduzido de R\$ 106.414,23 (cento e seis quatrocentos e quatorze reais e vinte três centavos) para R\$ 80.004,00 (oitenta mil e quatro reais).

**II – CONCLUSÃO**

Por todo exposto, considerando que não foram apresentados fatos, dados novos ou ponderações jurídicas capazes de descaracterizar a infração cometida e, ainda, considerando as alterações promovidas pelo art. 96 do Decreto nº 44.844/2008 no que se refere aos valores das multas, remetemos os autos ao Presidente da FEAM, recomendando o indeferimento do Pedido de Reconsideração, mantida a multa aplicada, que passará para **R\$ 80.004,00** (oitenta mil e quatro reais), nos termos do art. 19, § 3º, item 1, 6 e 8, c/c art. 1º, inciso II, alínea "b", c/c art. 2º, § 1º, inciso I, c/c art. 3º, inciso II, alínea "f", da Deliberação Normativa 27/98, alterada pela DN 64/03, c/c art. 96 do Decreto 44.844/2008.

Belo Horizonte, 8 de junho de 2015.

  
Gláucia Dell'Areti-Ribeiro  
MASP 1280447-2